

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE RELAÇÕES DE PARENTESCO, EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E GÊNERO¹

Fernanda Damacena dos Santos²

RESUMO

O objetivo desse artigo é trazer reflexões sobre problemas sociais que marcaram e ainda marcam contextos de relações familiares dúbias e complexas. Usando relatos de experiência da minha trajetória, trago - através do processo de escrivência e a metodologia autoetnografica - temas como parentesco, exploração do trabalho, violência psicológica e física, e gênero. A partir destas reflexões, questiono alguns elementos que moldam o ambiente doméstico na qual muitas crianças são forjadas. Com isso, descrevo uma trajetória pessoal que deu base para a agência que assumo ao falar de mim mesmo; por outro lado, são histórias que encontram paralelos em tópicos marcantes da dinâmica social brasileira, tais como choques entre dinâmicas rurais e urbanas, a linha tênue que separa ou mistura obrigação do favor, relações de afeto, trabalho e gênero e o papel do apoio familiar ou falta dela perante sonhos e expectativas não atendidas.

Palavras-chave: Adoção. Parentesco. Relações raciais. Violência familiar.

ABSTRACT

The purpose of this article is to bring reflections on social problems that marked and still mark contexts of dubious and complex family relationships. Using experience reports from my trajectory, I bring - through the writing process and the autoethnographic methodology - themes such as kinship, labor exploitation, psychological and physical violence, and gender. From these reflections, I question some elements that shape the domestic environment in which many children are forged. With this, I describe a personal trajectory that provided the basis for the agency that I assume when talking about myself; on the other hand, they are stories that find parallels in important topics of Brazilian social dynamics, such as clashes between rural and urban dynamics, the fine line that separates or mixes obligation from favor, relationships of affection, work and gender and the role of family support or lack thereof in the face of unfulfilled dreams and expectations.

Keywords: Adoption. Kinship. Race relations. Family violence.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Juliana Dourado Bueno.

² Bacharela em Humanidades e Licencianda em Ciências Sociais pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é um manifesto compensativo, anos depois de um silêncio literal. Posto, tenho como primeiro objetivo resgatar os acontecimentos que estão cravados na minha memória (e faço dela a minha maior fonte de inspiração e combustível nessas linhas) trazendo questões que sempre ecoaram em minha mente. Isso pesou ainda mais forte, quando tive contato com a universidade e me identificava com passagens que eu lia, especificamente, sobre as questões de gênero, desigualdade social e exploração do trabalho. Hoje, sou eu quem escrevo, e tenho certeza que, infelizmente, outras pessoas se encontrarão e se identificarão com a minha história.

Escrever sobre determinados acontecimentos, trouxe-me, de alguma forma, a sensação de revivê-los. Chorei enquanto escrevia várias passagens, senti repulsa, aflições e desabafei sobre dores e experiências que há muito tempo só eu sabia. Nesse processo de escrita, cenas surgiam em minha mente como se fosse um filme, doía, mas, em contrapartida, me satisfazia, me libertava. Em suma, o processo de escrita tem sido doloroso, mas, julgo necessário, terapêutico e revigorante.

Na execução desse texto empoderei-me fortemente através das leituras, que considero indispensáveis, das autoras Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Patrícia Hills Collins, entre outras. Algumas delas não citarei diretamente aqui, porém, faço essa referência porque são trabalhos que me inspiram, leituras que me trazem acolhimento, aprendizado e que me emocionam também, visto que são leituras que contam histórias e fazem reivindicações precisas e severas sobre a realidade social de mulheres negras, brasileiras e desfavorecidas economicamente (e em tantos outros fatores).

Como citado anteriormente, Carolina Maria de Jesus, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Patrícia Hills Collins e Conceição Evaristo são autoras que me proporcionaram a base fundamental e inspiracional para esta caminhada de redescoberta e – durante as leituras – vi vários aspectos que demarcaram traços de identificação comigo mesma. São elementos que me permitiram identificar e reconhecer nas escritas delas uma aproximação no sentido racial, de gênero e classe social.

Com mais ênfase, vou destacar a Carolina, Evaristo, Nascimento e Gonzalez que trazem uma escrita que trata das complexidades de seus cotidianos que, para além de motivador, são também relevantes se levarmos em consideração o lugar da mulher no contexto social brasileiro.

A primeira delas, a Carolina Maria de Jesus, foi uma mulher que apesar de todos os condicionantes sociais como ser mãe solo, com acesso limitado à educação formal e estar inserida num contexto pós-abolição, possuía a habilidade de observar e descrever o seu

cotidiano, fazendo uma análise sobre as relações sociais da favela em que morava de maneira crítica e politizada. Por sua vez, a Beatriz Nascimento também foi muito marcante para a articulação das mulheres dentro Movimento Negro e também com relação aos estudos sobre a população quilombola no Brasil.

Menciono também a importância da crítica da Lélia Gonzalez no sentido da desconstrução das figuras relacionadas ao papel e lugar da mulher negra na sociedade, além disso, apresentou-a a mulher americana e africana (que ela denominou de amefricanas em seus estudos) também como sendo detentoras de um protagonismo relevante para a sobrevivência dos traços identitários deste grupo, sendo soberanas quanto à narração de suas histórias com autoestima.

Por último, Conceição Evaristo é igualmente parte desta tradição de mulheres negras que interpretaram e debruçaram sobre as complexidades do Brasil, utilizando seu alcance para incentivar e legitimar vivências e vozes das margens, como são as das mulheres negras que se viram representadas, convocadas e instigadas a problematizarem e contestarem as normatizações presentes no ideário social brasileiro, a minha trajetória foi uma das várias marcadas pelas narrativas escritas por essas mulheres, das quatro citadas acima.

Saliento que a minha memória autobiográfica foi o que, durante todo o tempo, norteou esta escrita, desta forma, minha trajetória encontra similaridade com a de várias outras histórias na sociedade brasileira. Porém, cabe mencionar que não tenho como objetivo ser exaustiva em analisar todos os detalhes e nuances que tocam com essas temáticas, principalmente nos momentos do texto que possam ir além das minhas vivências. Sendo assim, algumas passagens acabarão sendo abertura de possíveis temáticas e inquietações para outras leitoras e leitores, como também fui instigada a explorar e falar sobre o assunto.

Demorei muito tempo para descobrir que eu “precisava” escrever sobre a minha experiência de vida e foi numa reunião com a minha orientadora de TCC que isso foi desvendado. A minha inquietação causada por acontecimentos traumáticos, a busca por ressignificações dos meus pensamentos/sentimentos atuais e anteriores ao processo de escrita e sobretudo, o meu prazer em estudar, pesquisar e escrever sobre a vertente da sociologia do trabalho foram os primeiros sinais que recebi de que eu precisava colocar em linhas a minha história.

Desde o início do meu curso em Ciências Sociais, a sociologia do trabalho foi a temática que mais chamava a minha atenção e aumentava a minha paixão pelo curso, porém, o que não tinha me dado conta, é que, de alguma forma, parte desse meu interesse sobre essa vertente, sobretudo, a temática da exploração do trabalho, existia porque eu acabava identificando

semelhanças em relação à temática e a minha experiência vivida entre a infância até à adolescência.

Como mencionei anteriormente, me identificava com a temática do trabalho, dado que, passei por quase dez anos morando “de favor” em um lar, o qual era condicionada a fornecer mão de obra gratuita, considerada por essas pessoas “uma troca de favores”. Diante disso, surgiram também outros aspetos que dizem respeito a categorias como parentesco, adoção, gratidão e retribuição, entre outros que abordo neste trabalho. Categorias estas que me fizeram identificar, dar nomes e refletir sociologicamente sobre as violências vividas naqueles ambientes.

Quando, na verdade, minha personalidade e trajetória perpassam por nuances que agora reivindicam algo diferente daquele contexto em que fui sujeita às formas de subalternização. Mais do que apenas performar o lugar que sempre nos foi reservado, sou uma mulher negra, nordestina, estudante de uma universidade federal interiorizada e internacional. Concluinte do curso de Ciências Sociais, o qual me estimulou a refletir e aumentar a consciência sobre o meu lugar social – aqui me refiro a várias nuances que o “lugar” pode assumir: classe, raça e gênero – e tem me possibilitado escrever sobre a minha trajetória de vida. Sou mãe e passei a ter essa condição no meio do percurso da licenciatura, o que tornou o processo de formação e escrita deste trabalho intenso e desafiador.

Durante o processo de escrita e mediante a fase da conclusão do curso, acabei passando por outros tipos de dificuldades, o que é uma realidade bem comum entre pessoas que carregam as mesmas características sociais que eu. Sendo mulher negra, mãe solo, economicamente desfavorecida (o que ocasionou e aprofundou problemas técnicos: avaria e consequente indisponibilidade do notebook, sem condições de fazer aquisição de um outro e tendo que usar um emprestado), falta de tempo de qualidade para estudar, já que o meu filho fica sob a minha responsabilidade em tempo integral de segunda a sexta.

Em adição, caberia mencionar o peso dos julgamentos, que de maneira geral, são destinados às mulheres, precisamente mulheres-mães e mais ainda quando são mães solo. De todo modo, o tempo que tenho “livre” em relação a demanda com o meu filho, termina não sendo de qualidade, dado que já tenho acumulado o cansaço adquirido durante o cuidado para com ele no decorrer da semana, atenção necessária às tarefas da casa, à alimentação etc. São circunstâncias dolorosas, injustas e exaustivas que pesam sobre mim, e que, infelizmente, é a realidade de tantas outras.

Consequentemente, muitas vezes estou realizando alguma tarefa doméstica e ouvindo um podcast ou pensando sobre outros aspetos da vida social e assim surge inspiração para a

escrita, por conta da praticidade, gravo áudios para assim conseguir guardar essa inspiração. Em outros momentos, acabei fazendo anotações enquanto ia ao mercado, ou enquanto estava no ônibus numa ida ao dentista. Já acordei diversas vezes no meio da noite com inquietações que aparecem nos meus sonhos, os quais me trazem a sensação de estar revivendo situações traumáticas que provavelmente, além de estarem no meu consciente, estão também impregnadas no meu subconsciente.

Além disso, existe a angústia, quando muita das vezes não consigo expor na escrita os meus sentimentos e as minhas reflexões sobre assuntos ligados às temáticas trazidas no texto. Dessa maneira, na maior parte do tempo, a escrita desse artigo, precisamente do relato de experiência, tem sido feita a partir de gravações de áudios sobre o meu pensamento e sentimento do momento em relação a tal assunto. Assim arquivo, paro, reflito, choro e me acolho, depois, no momento que tenho disponibilidade para escrever/digitar, eu transcrevo essa reflexão. Dessa maneira tem sido o exercício da escrevivência.

Na execução desse artigo, utilizo como método de pesquisa a autoetnografia. Palavra que deriva do grego *auto* (self: “em si mesmo”), *ethnos* (nação: um povo ou grupo de pertencimento), *grafo* (escrever: a forma de construção da escrita) (SANTOS, 2017). Ou seja, a autoetnografia é o exercício da escrita a partir de si mesmo, do seu lugar de origem (nacionalidade, cultura, raça, classe) e assim, é iniciada através da narração de um relato pessoal, escrevendo sobre nossos pensamentos, sentimentos, dores, angústias e reflexões. Assim como Santos (2017) aborda em seu artigo:

Eu começo com a minha vida pessoal. Eu presto atenção aos meus sentimentos físicos, pensamentos e emoções. Eu uso o que eu chamo de introspecção sociológica e sistemática e recordação emocional para tentar entender uma experiência que eu vivi. Então eu escrevo minha experiência como uma história. Ao explorar uma vida particular, eu espero compreender um modo de vida. (ELLIS, 2000 apud SANTOS, 2017, p. 217).

Levando em consideração que existe um distanciamento entre pesquisar sobre determinado tema sem ter passado pelas circunstâncias expostas e ter vivido exatamente o que estamos pesquisando, mesmo que exista um grande envolvimento e empatia por parte do pesquisador(a), as sensações são diferentes. A autoetnografia nos possibilita relatar o que temos em memória sobre nossa experiência e nos faz refletir sobre essas questões, esse é um dos motivos que a utilizo como método de pesquisa.

Além da autoetnografia, utilizo também como método de pesquisa a escrevivência, é um conceito desenvolvido pela escritora Conceição Evaristo. É uma escrita literária que

descreve o nosso cotidiano, nossas vivências como pessoa, como mulher negra na sociedade. Construir escrevivência é questionar o mundo a nossa volta, as circunstâncias que nos rodeiam, os problemas que nos afetam, o sistema que nos limita. É buscar a inserção no mundo com as nossas histórias, com as nossas vidas, que o mundo desconsiderava e/ou quando não desconsiderava totalmente, eram histórias contadas por outros. E a minha história, assim como tantas outras, quando não silenciadas, poderia estar sendo contada por uma pessoa branca e de uma realidade totalmente distante da minha, mas, aqui estou. Contando a minha própria história, por consequência da inspiração que a leitura dessa escritora e tantas outras mulheres negras me trouxeram. “se nem a voz pertencia as mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita nos pertencem também”. (Evaristo, Conceição).

Compartilho que esse processo de escrita foi e tem sido um momento de autoaprendizagem, reconhecimento e reflexividade. Pensar que os acontecimentos dramáticos e traumáticos que vivi não é uma realidade só minha, são fenômenos e construções sociais naturalizadas que violentam muitas pessoas, no caso das problemáticas que eu trago, muitas crianças, principalmente meninas negras, mulheres negras, rurais, e de classe baixa. Dessa forma, reforço, a história que eu conto não é só sobre mim. Escrevo a partir da minha visão de mundo, de acordo como a minha memória reagi.

A seguir, trago o meu relato de experiência onde conto sobre a minha trajetória e vinculação familiar, nesta parte do texto, irei me ater com mais detalhes em temáticas como: parentesco, exploração do trabalho, violência psicológica e física, relação entre o senso de gratidão e opressões motivadas pela condição de gênero, em seguida faço esse diálogo entre temas que aparecem no meu relato e o referencial teórico. Por conta de questões éticas da pesquisa e da segurança da identidade das pessoas citadas no relato, criei nomes fictícios, assim como os ambientes que eu descrevo no texto.

2 RELATO DE EXPERIÊNCIA

A escrita do relato de experiência - algo extremamente pessoal e desafiador de ser compartilhado – em um trabalho acadêmico, foi inicialmente estimulada pela busca da cura e pelo desejo de manifestar indignações referentes aos acontecimentos passados e presentes, assim como fundamenta Conceição Evaristo no que tange os textos chamados de *Escrevivências*: um método de escrita produzido e compartilhado pela escritora em prol da visibilidade e protagonismo da mulher negra dentro da escrita.

Nesse processo, tenho descrito memórias relacionadas a eventos que, no momento que aconteceram, eu não tive possibilidade de verbalizar e reivindicá-los como hoje, sinto que deveria ter feito. É angustiante reviver algumas situações e sentir a sensação de impunidades, no plural: afinal, foram várias. Detalharei dentro do possível no decorrer deste texto. Sobretudo, trago como pautas relatos da minha vida marcados por processos de *adoções* e vinculação entre família biológica, família I e família II.

É necessário constar que nem sempre tive consciência da total complexidade do meu entorno e das relações de parentesco. Apesar de tudo, sou grata e tenho muitas memórias boas da minha infância. Nessa época eu me sentia bastante amada pelos meus pais e pelos meus irmãos adotivos. Isto mesmo sem saber, através dos meus pais, por meio de uma conversa honesta e direta, que eles não eram meus pais biológicos; sabia-o através de interferências externas, fosse de vizinhos, ou até mesmo de alguns familiares.

Como falei anteriormente, os meus pais nunca conversaram comigo sobre a minha adoção e família biológica. Quando criança, eu tinha diversas dúvidas sobre o que realmente tinha acontecido, porém, nunca tive coragem de indagá-los diretamente sobre o assunto. Hoje eu entendo um pouco sobre o que aconteceu e foi o seguinte: Meus progenitores tiveram quatro filhos sendo eu a última a nascer e quando eu ainda era um bebê de colo, meu progenitor faleceu. Como a nossa progenitora era viciada (alcoólatra), estava passando por uma grande perda (luto), e além disso, possuía uma instabilidade financeira, ela não tinha como continuar com a gente. Sendo assim, cada irmão do nosso progenitor ficou encarregado de “pegar” um de nós para criar. Eu fui a única que não tinha sido registrada pelos meus progenitores, dessa forma, meus pais (família I) me registraram assim que me pegaram para morar com eles.

Para uma melhor compreensão, informo que no decorrer do texto menciono três agrupamentos familiares, assim denominados: “progenitores”, “família I” e “família II”. Os progenitores, quando me refiro as pessoas que me geraram, mas que eu não tive vínculo afetivo. Família I, composta por meus pais e irmãos adotivos (isso inclui os meus irmãos biológicos aos quais me referia como primos). Família II, as pessoas que residiam na casa que passei a morar quando mudei, de forma parcial, para a cidade.

O meu irmão (biológico) mais velho foi levado junto comigo para morar na casa dos meus pais. Porém, a realidade dele na casa era totalmente diferente da minha. Como ele tinha aproximadamente sete anos de idade, ele já tinha uma história e apego a nossa família biológica, além disso, ele vivenciou todas as situações tristes que a nossa família passou. Ele chamava meu pai (adotivo) de tio e minha mãe (adotiva) de tia, então, eu morava na mesma casa que ele,

mas era como se eu fizesse mais parte da família, nesse período, eu o identificava como um primo.

O local onde vivi com a família II é um município localizado na região metropolitana de Salvador, a sua população é aproximadamente de 40.000 habitantes. O município é composto pela sede (centro da cidade), distritos (bairros situados em uma certa distância do centro), zona rural e litoral. Nasci em uma comunidade da cidade de Catu-BA, uma cidade com aproximadamente 30 quilômetros de distância da cidade que moraria até os meus 18 anos. Sendo assim, logo após o meu nascimento fui levada para morar nesse município que atribuo como minha cidade natal.

Tinha oito anos quando passei a estudar na cidade. Como morávamos na zona rural, era preciso pegar um ônibus que saía às cinco horas da manhã. Além de ser muito cedo, precisávamos nos deslocar até outra localidade distante da minha casa para pegar o transporte. Era uma rotina muito cansativa e um tanto perigosa: eu não gostava de ter que passar por isso para poder ir à escola e chorava só em pensar em ter que acordar cedo e sair sem me alimentar durante todos os dias letivos. Era muito nova para transitar em locais (zona rural x zona urbana) com dinâmicas tão distintas. Por conta da pouca idade e de não ter experiência em circular pela cidade, eu não sabia lidar com algumas situações inesperadas como perder o transporte, alteração do ponto de encontro para pegar o ônibus, quebra do veículo no caminho para nossa casa ou para cidade, entre outras circunstâncias.

Chegando na cidade, no caminho que eu percorria até a escola havia uma casa grande e vistosa. Sempre a achei muito bonita e alimentava curiosidade de ver um pouco mais dela. De fato, o que me chamou a atenção em relação à casa foi o seu tamanho, sendo que, era muito grande em relação a minha casa e as casas nas quais eu já tinha frequentado e além de tudo, era uma casa na cidade, com jardim (semelhante as que eu via nas novelas) e era perto da minha escola. Consequentemente eu só pensava e sentia coisas boas em relação aquele lar. Certo dia, na esperança de conhecê-la melhor, eu e uma colega da escola tivemos a ideia de passar e pedir um copo d'água. E assim fizemos. Para a minha surpresa me receberam muito bem, mesmo não nos conhecendo. Como era muito cedo, imaginaram que estávamos com fome e nos deram café. Perguntaram nosso nome e de onde éramos. Como a colega que estava comigo era da cidade e morava perto da escola, direcionaram toda a atenção para mim. Me perguntaram que horas eu acordava para pegar o ônibus, se eu costumava me alimentar e se eu tinha a intenção de morar com eles.

Primeiramente eu achei o convite muito precoce e um pouco difícil de se tornar real, mas em seguida fiquei achando o máximo. Estava eufórica com a possibilidade de morar na

cidade. Então me pediram que eu falasse com meus pais e assim o fiz. Por incrível que pareça, minha mãe não demorou a voltar àquela casa comigo para conversar com a família e, poucos dias depois, eu estava arrumando as minhas roupas em duas gavetas de um guarda-roupa que me cederam. Foi assim que passei a morar com essa família e permaneci por quase dez anos. O acordo era que eu ficasse de segunda a sexta com esta família e nos fins de semanas, férias e feriados eu fosse para a casa dos meus pais. Com o passar do tempo, eu passei a ficar mais tempo com a família II (a da cidade) do que com a família I (zona rural). Inicialmente, o que ambas famílias conversaram sobre a minha morada na casa da família II, seria que eu ficaria naquele lar para que assim pudesse ficar mais perto da escola, além disso, meus pais concordavam que eu deveria ajudar nas tarefas da casa, sendo que eles não estariam pagando as minhas despesas na casa.

Quando comecei a dividir a minha morada entre a zona rural e a cidade, acabei sendo vista como uma pessoa privilegiada na ótica dos moradores da zona rural a qual eu residia. A cidade sempre foi vista como local de possibilidades para uma mudança econômica e social. E diferente da zona rural, na cidade a acessibilidade a recursos básicos e necessários como hospitais, escolas, mercados, bancos, biblioteca pública (que eram bastante utilizadas na época) e transportes são uma das vantagens em residir na zona urbana.

Dessa maneira, ir para a cidade era uma garantia a mais de que uma pessoa como eu permanecesse estudando, a maioria das pessoas que moravam na zona rural saíam da escola muito cedo, principalmente os meninos. As condições de trabalho rural somado ao cansaço físico e mental dos jovens, a distância e a precariedade das escolas rurais, era o que motivava a família I permitir com que eu continuasse com a família II, mesmo sabendo de algumas das minhas dificuldades permanecer naquele lar. O objetivo deles (família I) era que, diferentemente de todos eles, eu concluísse os meus estudos para assim ter uma formação.

Além da minha experiência e de outras pessoas da minha comunidade, esta também é uma realidade de outras famílias que residem na zona rural, assim como é discutido na pesquisa “O trabalho infantil no Brasil contemporâneo” da autora Iná Maria Moreira de Carvalho.

Em sua pesquisa, a autora faz uma contextualização histórica sobre o trabalho infantil no Brasil, discorrendo sobre os diversos setores que utilizam a mão de obra de crianças e adolescentes, tanto na zona urbana, quanto na zona rural. Cabe mencionar a sua reflexão sobre leis que foram criadas em pró da proibição da utilização da mão de obra infantil, porém, são políticas que acabam não chegando na zona rural.

Mas essas leis eram comumente questionadas e burladas e, além disso, sua proteção não se estendeu ao meio rural, onde até hoje uma grande parcela de mão-de-obra infante-juvenil permanece ocupada em diversos setores, principalmente como parte integrante da força de trabalho familiar. (CARVALHO, 2008, P. 553)

A exemplo disso, trago o caso dos meus irmãos, os adotivos e um dos meus irmãos biológicos que morava conosco. O meu pai tinha uma olaria (local que produz objetos com a utilização da argila e barro) e desde muito novos, ainda crianças, meus irmãos eram condicionados a trabalhar na olaria com o meu pai. Era um serviço pesado e não remunerado, além disso, por conta do cansaço físico e falta de estímulo e apoio do nosso pai, meus irmãos foram deixando a escola, um por vez. Nunca houve nenhum tipo de intervenção judicial que fizesse com que meus irmãos fossem “libertados” daquela condição.

Cabe mencionar, que o nosso pai reproduziu, o que ele conta ter acontecido com ele enquanto criança. De acordo com os seus relatos, com a perda precoce do seu pai, aos oito anos de idade, ele foi obrigado a começar trabalhar ainda muito cedo.

Desde o primeiro dia que passei a dividir minha morada com a família II e a família I, me orientaram que eu os chamasse de avó, tia, tio, de acordo com o papel de cada um na casa e com o parentesco deles. No começo tive vergonha, porém, não demorou muito para que eu acostumasse. Sempre tive apego, carinho, respeito e um certo medo de todos da casa.

Esse medo, especialmente, de “errar”, era fundado no constante sofrimento de vários tipos de repreensões e humilhações. Principalmente vindo de uma das pessoas que eu chamava de tia, toda vez que essa pessoa, por algum motivo, brigava comigo, apontava o seu dedo na minha cara e falava muito alto. Independentemente do lugar que estivéssemos e de quem estivesse presente, muitas vezes na frente de colegas de trabalho, agravando ainda mais este constrangimento. Então, eu vivia sempre aflita e quando essas situações aconteciam – envolvendo repreensões que eram de tal maneira injustas, a ponto de muitas vezes sem ao menos ter errado – demorava muito para que eu me desintoxicasse e recuperasse de tudo o que tinha ocorrido.

Além de ser humilhada, eu não tinha o direito de ficar triste pela situação, me obrigavam a sorrir e abraça-los, mesmo depois dessas situações. Aconteciam diversas coisas que me deixavam confusa e com vontade de deixar aquela casa, porém naquela época, como eu não entendia muito bem as coisas e obviamente não enxergava os acontecidos com o mesmo olhar de hoje, o tempo ia passando e eu continuava a morar com aquela família.

Sempre estudei na escola pela manhã, exceto no 6º ano, quando tive que estudar de tarde por não ter encontrado vaga pela manhã. Na casa também havia outras meninas que não eram

da família e com a situação um pouco parecida com a minha. Por estratégia, elas estudavam pela tarde, sendo assim, sempre teria alguma de nós na casa para cumprir com as atividades domésticas e outros pedidos deles. Além dessas meninas, tinha uma senhora que morava lá com o seu filho, esta senhora teria sido acolhida por eles num momento que a mesma estava em situação de rua, começou a morar na casa ainda jovem e só saiu a pouco tempo atrás, já entrando na terceira idade, depois de ter conseguido a casa própria (do projeto do governo Minha Casa Minha Vida). E uma outra mulher que teria ido morar na casa e trabalhar, assim como eu, ela também morava na zona rural da cidade e foi residir naquela casa com o intuito de estudar. Pelo que sei, ela tinha aproximadamente uns quinze anos de idade quando entrou na casa, parou de estudar, não concluiu os estudos e engravidou de crianças residindo naquela casa. E lá ela vive até hoje. Então, essas pessoas que eu apresentei aqui, são pessoas que moravam e trabalhavam naquele lar de maneira fixa. Outras pessoas chegavam, saíam, voltavam.

A estrutura da casa era constituída por um jardim, duas extensas varandas (uma na parte externa e outra na parte interna da casa), dois pátios, um quintal. A casa possui quatro quartos, 3 banheiros, uma sala, duas copas e uma cozinha. A parte disso, tem mais dois quartos destinados as pessoas que trabalhavam e residiam na casa, além de mais um banheiro para o uso dessas pessoas. Eu sempre dormir na parte interna da casa, entre os membros da família que ali residia, era mais confortável, seguro e era visto como privilégio por todos, inclusive pelas meninas que por aquela casa passavam, mas que tinham um tratamento diferente do meu. Por consequência dessas circunstâncias, eu praticamente não possuía um momento para mim, era mais controlada (literalmente), só não costumava ser muito incomodada enquanto estava dormindo, exceto quando surgia alguma demanda na casa durante a noite e nas vezes que o meu corpo era “acessado” sem o meu consentimento.

Hoje em dia, a minha leitura em relação a esse lugar de “privilégios” na casa diverge totalmente do período que residia naquele lar. Percebo que me colocar mais próximos deles, lhes possibilitavam acesso e um controle maior sobre mim. Era mais uma estratégia de dominação que eles aplicavam e acabava funcionando.

Faz aproximadamente oito anos que não resido naquele lar. Mesmo assim, quando ia visitá-los e passava alguns dias por lá, me tratavam quase que da mesma maneira. Quando eu ficava para dormir, a dinâmica da casa era praticamente a mesma de quando eu morava lá: incluíam-me nas comemorações e nos afazeres da casa; mesmo que não me incluíssem, partia de mim mesma a iniciativa de executar as tarefas, de ajudá-los. Era como se eu me sentisse na obrigação de contribuir com todos os afazeres, como quando lá eu residia.

Quando eu morava com a família II, era uma pessoa muito diferente da que me tornei ao ingressar na faculdade. Era muito tímida, não costumava verbalizar os meus questionamentos e anseios, principalmente porque eu não tinha esse espaço, em resumo, eu não tinha voz. Ainda que essa não fosse mais a minha realidade, quando eu visitava a família II acabava retomando um pouco de tudo aquilo que já fui um dia, especificamente aquilo que tinha sido quando vivia com eles. Talvez eu não consiga explicar muito bem as sensações e quais eram os meus pensamentos. Porém, quando estou presente naquele lugar, mesmo depois de anos e depois da pessoa que me tornei, não consigo ter voz como eu tenho em todos outros lugares, não consigo questionar e reivindicar respeito como tenho feito em quaisquer outros lugares e com quaisquer outras pessoas. Com aquelas pessoas, naquele lugar, ainda não consegui ser quem realmente sou.

Acredito que o motivo que fez com que meus pais aceitassem a proposta da família II para que eu morasse com eles foi justamente a situação que eu tinha que passar para poder ir à escola. Como essa casa era na cidade e muito próximo da minha escola, eles acreditaram que seria a opção mais segura. Eu sempre “ajudei” com as atividades da casa, que eram muitas. Porém, com o passar do tempo, as minhas obrigações iam aumentando cada vez mais: era muita coisa para fazer e muitas pessoas para obedecer.

Eu não faltava à escola — não me permitiam — e também sempre cumpria com os trabalhos que tinha que fazer para as disciplinas, eles me davam suporte para isso. Sendo assim, eu passava de ano e isso era motivo para que meus pais sempre estivessem contentes e certos de que haviam feito o melhor pra mim. Mas na verdade eu nunca tive o hábito de compartilhar com a minha família o que acontecia naquela casa. Vez ou outra eu reclamava do trabalho e da desconfiança que os mesmos tinham sobre mim, ou até sobre a implicância que um dos netos da matriarca da casa tinha comigo. Mas eles, meu pai principalmente, me diziam que eu realmente tinha que trabalhar na casa como forma de agradecimento e porque “quem trabalha Deus ajuda”. Sobre a falta de confiança por parte da segunda família, também ficava contente: para ele, isso me impossibilitava de fazer coisas “erradas”.

Na época, mesmo sabendo que eles não tinham o direito de fazer certas coisas comigo e sofrendo muito com algumas situações, eu também era muito alienada e sabia que, para que minha família concordasse comigo que eu deveria deixar a casa, tinha que contar tudo o que me acontecia. E naquele momento eu não conseguia. Isso sem falar das coisas que colocavam na minha mente: que eu não teria futuro fora de lá e não conseguiria concluir os estudos. Sempre que eu conversava com a minha mãe, ela pedia que eu tivesse força e que eu aguentasse até,

pelo menos, concluir o ensino médio. Sempre tive isso em mente, o que fez com que eu passasse por diversas situações violentas calada.

3 EXPLORAÇÃO DO TRABALHO

Cheguei no lar da “Família II” pouco tempo após ter completado meus nove anos de idade, e desde então tive uma crescente participação nas tarefas diárias da casa. Sendo assim, as minhas obrigações com os serviços e necessidades da casa iam aumentando de acordo com o meu amadurecimento.

No começo não tinha muitas cobranças em relação ao horário de sair da cama: costumava acordar pouco tempo antes de ir para escola, o suficiente para me arrumar e tomar café para sair. Mas com o passar dos anos isso foi mudando e, antes de me arrumar e ir à escola, tinha que cumprir algumas tarefas na casa. Isso talvez se devesse à minha pouca idade e por questões físicas, por não ter habilidades para o cumprimento de determinadas tarefas: porém, por mais que no início as tarefas fossem “menores”, os pequenos favores sempre eram bem frequentes e exaustivos. Como por exemplo: pegar água para as pessoas da casa, dar recados, ir à rua comprar coisas, levar algo para alguém, etc. E assim sempre foram todos os meus dias naquela casa, como eram os de outras pessoas que ali faziam morada em situação semelhante à minha.

Eu não tinha um tempo tranquilo só para dedicar-me às minhas necessidades tais como como o estudo, o momento das refeições, de lazer — assistir, ficar no celular, ouvir músicas — e muito menos um tempo ocioso, o que não existia para mim naquela época e naquele lar. Em todos estes momentos havia interrupções, até mesmo quando estava executando algumas tarefas. Por exemplo: lavando os pratos e pediam-me que eu largasse imediatamente e fosse levar uma encomenda a alguém; ou lavando o banheiro e tinha que interromper para ir ao mercado, entre outras situações.

Em relação ao cansaço da rotina, quando entrei no Ensino Médio, foi o pior momento, sendo que, o dia já começava agitado para mim. Acordava entre às 5:50 e 6:20 da manhã. Costumava acordar as outras pessoas da casa para fazer suas atividades e em seguida começava a exercer algumas das minhas funções diárias — que oscilavam entre os dias e ordens —, mas que de toda maneira trago aqui alguns detalhes: varria varandas e pátios grandes, molhava plantas, passava pano na varanda. Algum tempo depois, foi incluído como obrigação que eu limpasse os banheiros antes de ir para a escola também. Depois disso tinha que correr para me

arrumar às pressas, tomar café e ir à escola. Isso acontecia todos os dias: minhas manhãs sempre começavam assim.

Nos dias de sexta, além da repetição da rotina da manhã, ao chegar da escola eu já começava a executar algumas tarefas da casa; neste dia, porém, a correria e a demanda eram maiores e, conseqüentemente, o cansaço e o tempo livre para me dedicar às minhas necessidades particulares, estudos inclusive, era ainda menor. Na sexta e no restante do fim de semana, fora o trabalho da casa ainda tinha o trabalho no comércio de uma das pessoas da família: este último fazia parte do turno da noite, portanto tínhamos que agilizar para cumprir as demandas da casa e poder partir para este outro serviço. Na sexta era dia de faxina e eu tinha que chegar cedo para ajudar a colega de casa a agilizar toda a limpeza. Como se não bastasse o cansaço e a correria, logo em seguida era hora de ir para o serviço noturno e retornar para a casa mínimo às 23h. No dia seguinte, acordar às 6 horas da manhã e só ter descanso por volta da meia noite ou depois disso, horário no qual voltávamos do serviço noturno.

Sempre que eu tinha a necessidade de sair para fazer algo para mim e/ou atender qualquer demanda da escola, eu tinha que enfrentar a insatisfação de todos da casa e tinha que pedir permissão a quase todos da família II. Algo que sempre foi muito cansativo para mim e que me deixava muito confusa. Como eram muitas pessoas, as vezes eu só comunicava para uma parte dessas pessoas e quase sempre era gerada uma discussão e eu era chamada a atenção por motivos que eu não entendia e que não faziam sentido. Hoje percebo isso como uma forte necessidade que a maioria deles tinham em exercer poder e posse sobre mim. Não obstante, acabavam descontando as suas frustrações e problemas pessoais sobre mim.

Nos sábados, tinha a feira da cidade: de frutas, verduras, legumes e afins. Dessa forma, surgia mais uma demanda na casa nos dias de sábado, a arrumação de compras. Somado a isso, muitas vezes, além de toda a correria das demandas da casa, a família recebia muitas visitas e nessas circunstâncias, inclusive, acontecia toda uma movimentação para o preparo de almoços em grandes quantidades e variedades, arrumação do ambiente e recepção dessas visitas. Era comum que ficássemos de prontidão para acomodar essas pessoas e servi-las. Quando sobrava um espaço à mesa, muitas vezes me convidavam para sentar junto com eles, porém, nunca me sentia muito confortável, porque a qualquer momento alguém poderia solicitar a minha ajuda. Antes da chegada dessas pessoas outros serviços eram feitos. Neste dia costumavam acontecer lavagens das áreas da casa, os pátios e as varandas, que por sinal, eram enormes e exigiam um grande esforço físico. Com tudo isto, nos sábados, eu nem cogitava em me dedicar a fazer algo para mim, pois não seria me permitido. E finalmente chegava o dia de domingo, que era um pouco menos corrido: mas como sempre, o tempo não funcionava muito a meu favor naquele

lar. Podíamos acordar um pouco mais tarde, aproximadamente às 8:30 da manhã. Costumava ter visitas e almoços especiais. Neste dia eu podia sair com as minhas amigas, mas só depois de cumprir com as atividades da manhã, ajudar a servir o almoço e limpar a cozinha. Depois disso poderia sair, no que já eram aproximadamente umas 14:30: tinha que me arrumar correndo e sair para que às 17:00 horas eu já retornasse para a casa para me arrumar novamente e ir para o serviço da noite.

No dia seguinte, todas as segundas-feiras, minhas manhãs na escola eram sempre com muito sono e pouca disposição devido à correria dos fins de semana. Fora as demandas diárias da casa, quase sempre tinha algo a mais para fazer: além das faxinas exaustivas, recebimento de visitas, organização da casa, ainda havia encomendas de algumas iguarias produzidas pela família II; além dos serviços dos fins de semanas também acumulavam trabalhos extras, os eventos. Tínhamos que deixar de lados algumas vontades e compromissos pessoais para nos dedicarmos a esses trabalhos extras da casa e do serviço fora da casa: como de costume, erámos muito pouco remuneradas quanto a isso.

Em relação as “remunerações”, acabava sendo um pouco diferente para cada uma de nós. Até porque a maneira que fomos inseridas naquele lugar e os acordos feitos pela nossa família e a família proprietária da casa se divergiam. No meu caso, como o acordo feito era que eu fosse morar naquele lar com o intuito que eu ficasse mais próximo a escola, em nenhum momento eu recebia um pagamento mensal pelos serviços que eu prestava para a casa. Exceto alguns “agrados” que a família me dava em alguma época festiva ou em momentos que recebiam encomendas dos produtos que vendiam. Além disso, aos 16 anos, passei a trabalhar num comércio que pertencia a uma das filhas da matriarca da casa e lá eu recebia uma remuneração, assim como as outras pessoas que moravam na casa em situação semelhante à minha.

Em relação às encomendas da casa a nossa mão de obra e dedicação era sempre maior em relação a dos próprios donos da casa e do comércio; mesmo assim, recebíamos muito pouco em relação ao serviço prestado e o reconhecimento também era dos menores. Isso tudo era muito naturalizado, até mesmo por nós, pessoas que eram submetidas a essas injustiças. Algumas poucas vezes chegávamos a reclamar e nos questionar sobre essas questões, mas só entre nós mesmo. Além de todas as explorações, existia uma dominação de nossas mentes que nos fazia acreditar que realmente deveríamos nos submeter àquelas situações abusivas e exaustivas, tanto física quanto psicológica.

O comercio a qual me referi acima se tratava de um estabelecimento onde era produzido e servido a alimentação. Dessa forma, tinha o trabalho na cozinha, na recepção e no espaço em

que as pessoas se alimentavam, além do serviço de entregas. Eu passei por algumas funções, antes de ser contratada para trabalhar, eu acabava ficando na recepção e eu recebia um agrado (era assim que denominavam esse tipo de gratificação, quando não existia uma contratação e também não existia um combinado de valores para aquele serviço prestado). No momento que foi feito um acordo para que eu trabalhasse no estabelecimento referido acima, o qual funcionava de sexta a domingo, no período noturno, passei a trabalhar na cozinha, junto a duas outras mulheres, uma delas residia no mesmo ambiente que eu. Em relação as atividades das outras pessoas que moravam na casa e numa situação parecida com a minha, a Zuri trabalhava diariamente, com mais frequência, na cozinha do fundo. Lá, lavava as panelas e tachos, fazia temperos, cozinhava e ficava responsável também pela montagem da mesa de café, almoço e janta. O seu filho trabalhava com um dos filhos da matriarca, fazendo as entregas das suas encomendas e outros serviços. Já a Amara ficava responsável pela limpeza da casa e a sua organização, costumava resolver problemas da família, estava à frente de muitas atividades ou da monitoração delas. Esta, tinha um certo poder e comando em relação a mim e a outras pessoas que ali moravam com a condição parecida com a minha. A Amara fazia compras em mercados, as feiras aos sábados, lavava roupas, fazia o café, entre outras atividades que surgiam no decorrer do dia ou que os donos da casa “criavam” para que pudéssemos está em a todo momento em movimento, trabalhando. Além disso, a Amara ainda tinha que cuidar dos seus filhos, eles tinham idades próximas. Como até o momento que eu residi aquela casa, eles ainda eram crianças, estes não tinham nenhuma obrigação com a casa, fora alguns recados aqui e ali, esses pequenos favores.

Na casa moravam fixamente a dona da casa (a matriarca), sua filha mais velha a qual era deficiente e precisava de cuidados, uma outra filha que não casou e que inclusive diz ter se abdicado disso por conta do cuidado com a sua irmã deficiente. Em relação a ocupação das pessoas da família e que residiam na casa, a maior parte da ocupação dos donos da casa, tanto os que residiam nela, quanto os que não residiam, mas quando ali estavam, era administrar a casa e dar ordens. Eu ficava impressionada com a facilidade e a espontaneidade das pessoas, tanto da família, quanto amigos, tinham em nos tratar como empregados. Existia sempre uma troca de carinho, afeto, sorrisos; as vezes algumas formas de agrados para com a gente (pessoas que moravam de favor na casa), porém, todos se sentiam no direito de nos usar, se apossando do nosso tempo e usufruindo da nossa mão de obra. Eu achava um tanto curioso como os filhos, netos, sobrinhos, bisnetos aprendiam fácil e normalizava essa conduta familiar. Não percebia nenhum desses mais novos questionando a maneira dos mais velhos nos tratarem, até porque

essas atitudes eram repetidas por eles também, sendo que, se beneficiam dos serviços que prestávamos.

Como já havia falado, alguns familiares moravam de maneira fixa na casa, outros passavam uma temporada, um fim de semana e feriados. A casa era grande e no fundo dessa casa foi construída uma casa para cada filho, sendo assim, por mais que não morassem todos na mesma casa, a aproximação e a frequência que a família toda se reunia e compartilhava as situações do dia a dia era bem grande.

4 PARENTESCO

Fui adotada “à brasileira”³ pelo meu tio paterno e pela sua esposa quando ainda era recém-nascida. Eu tenho três irmãos biológicos: uma irmã (a mais velha), que foi morar com uma tia nossa na esquina da casa em que eu morava; um irmão mais novo, que foi morar na casa de uma outra tia, na mesma região, porém um pouco distante da nossa; e o meu irmão mais velho, que morava na mesma casa que eu. Ele, contudo, já tinha sido registrado pelos nossos progenitores e a sua relação com os meus pais adotivos era de “tio” e “tia”. E como ficou a nossa situação na casa? Acabou que estávamos ali na mesma casa, nas mesmas circunstâncias, mas como tratamentos diferentes. Era o meu irmão biológico, mas eu cresci enxergando-o e denominando-o como “primo”. Não poderia ser mais confuso para mim e para ele.

A situação dos meus irmãos biológicos era diferente da minha no que diz respeito à adoção. Por serem crianças já tinham uma história de vida, pelo menos um começo, com os nossos progenitores, coisa que eu não tinha, afinal não me lembrava de muita coisa: por muito tempo este assunto não me interessou; pelo contrário, sempre me causou aversão. Os meus pais nunca tiveram interesse de me contar o que havia acontecido e como; mesmo assim, a sociedade me cobrava um sentimento de perda e um posicionamento em relação aos meus progenitores. Queriam que eu tivesse ciência do motivo que me fez chegar até aquele lar e faziam questão de me mostrar isso. Era visível a minha dor. Mas talvez, era este sofrimento estampado no meu rosto que eles queriam contemplar.

³ Conceito utilizado no artigo “Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse”, da pesquisadora Claudia Fonseca. Adoção “a brasileira” se caracteriza pelo processo de posse e registro em cartório de uma criança adotiva sem a intervenção da justiça. *Cadernos pagu* (26) janeiro-junho de 2006: 11-43

Por sinal, esta inversão de papéis não acontecia somente com o meu irmão (biológico) que morava na mesma casa que eu, mas também com os outros dois irmãos biológicos que não moravam comigo: eu também os denominava como “primos”, e os meus primos (consanguineamente falando) — filhos dos meus pais adotivos — chamava-os de “irmãos”. Isso não acontecia por afinidades que tivéssemos, mas por conta do meu registro e da forma que fui adotada: na minha mente, os meus primos biológicos eram os meus irmãos e os meus irmãos biológicos eram os meus primos. Eu sempre me confundia quando alguém me perguntava quantos irmãos eu tinha. Depois que descobri e entendi que realmente fui adotada, ficava mais confusa ainda em responder essa pergunta.

Um pouco antes de completar nove anos de idade, conheci uma nova família e passei a dividir moradia entre a casa da minha família adotiva I e minha família “adotiva” II⁴. A família II era uma família muito grande e as relações que encontrei lá muito diferentes das que eu via e tinha com a família I. Na família II eu tinha uma avó, tias, tios e primos, e todas essas pessoas exerciam poder sobre mim, uns em maior escala do que outros.

A minha mãe (adotiva), conta que ela e todas as suas irmãs passaram por situações semelhantes à minha em relação a sair de casa cedo para morar “em casas de família”. E eu me questiono: se minha mãe e suas irmãs não tivessem passado por esta situação, será que permitiria que eu fosse morar na casa de uma família desconhecida em troca de uma moradia “segura” próxima ao meu colégio, pensando na conclusão dos meus estudos? Mesmo que houvesse outros motivos, sinceramente, eu acredito que não. Eu costumava desabafar sobre algumas situações que me causavam sofrimento naquela casa e minha mãe se comovia com o que era relatado, porém, ela simplesmente me dizia que isso um dia iria passar e pedia-me que seguisse firme no propósito de terminar o colégio. Às vezes, percebia que ela não gostaria que eu passasse por determinadas situações; contudo, dadas as circunstâncias que a vida lhe havia reservado, ela acabava naturalizando a minha aflição em viver naquele lar e o meu sofrimento de um modo geral.

⁴ Essa segunda “adoção” que me refiro acima, não aconteceu de maneira legal e muito menos de forma definitiva. Contudo, partiu de um acordo feito entre meus pais (família I) e a família II com o objetivo de que eu ficasse de maneira integral na cidade de segunda a sexta, sendo assim, ficaria mais perto da escola e não passaria pelo transtorno de me deslocar da zona rural para a cidade todos os dias letivos.

5 GRATIDÃO

Quando saí da casa da família II, senti pela primeira vez a sensação de liberdade: foi como se eu tivesse finalmente voado alto. Mas, infelizmente, ainda carrego o peso de ter vivido tanto tempo sendo abusada de várias maneiras. Ter sido silenciada em várias situações nas quais seriam necessários gritos de reivindicações faz com que eu me aflija até nos dias de hoje ao lembrar de certos acontecimentos. Tenho pesadelos que ilustram algumas situações que vivi naquela casa, alguns até satisfatórios: nestes, afinal, eu tenho voz.

Talvez o excesso de gratidão era o que me motivava a me calar diante de tantas injustiças. Uma gratidão tóxica e cobrada por todos da família II. Falavam sempre em tom de autoridade e de certezas, como poderia duvidar da razão deles(as)? E sobre o que eu era grata? Bom, tinha gratidão pelo carinho daquelas pessoas, as quais sempre me incentivaram a tê-las como família. Tinha moradia, alimentação, cuidado e amparo caso ficasse doente e às vezes até alguns passeios, diversão. Sim, estes momentos existiam. Porém só hoje, com mais idade e maturidade, consigo entender que tudo isso era mínimo e mesmo que se limitavam apenas a trocas. O afeto nunca foi verdadeiramente recíproco: eu sempre os tive como família e eles(as) tinham-me como mão-de-obra gratuita. Além disso, muitos deles descarregavam suas frustrações sobre mim como também descontavam em humilhações e punições desnecessárias e indevidas. Hoje percebo que nunca existiu uma troca justa.

A família II possuía uma tradição religiosa, católicos praticantes. E provavelmente essa ligação religiosa pode ser um fator que influenciou a adoção e normalização desse hábito e processo de acolhimento a pessoas desconhecidas e de classe social inferior à deles, depois usufruir da mão de obra gratuita e permanecer no lugar de pessoas bondosas, acolhedoras e virtuosas, um processo histórico existente até os dias de hoje. Ou seja, a “benevolência” é uma prática que a família II usava para camuflar a sujeição de pessoas adotadas a todo esse conjunto de explorações.

Às vezes me pergunto quais eram os pontos positivos e qual foi o impacto positivo em morar na cidade e naquele lar? Na época em que eu morava somente na zona rural e conseqüentemente estudava lá mesmo, a situação da escola e do transporte público era bem precária. No colégio em que eu estudava, era somente uma sala para todas as series, o que obviamente dificultava o ensino-aprendizagem e isso se somava a situação econômica da minha casa, família I, que sempre foi instável.

Recordo-me de um episódio em que no período de final de ano letivo da escola sobrava alguns alimentos da merenda escolar e ele era dividido entre os alunos e lembro-me fielmente,

como se isso tivesse acontecido ontem, da minha alegria e euforia dos colegas de escola e região ao recebermos alguns pacotes de leite em pó. Acredito que só trazendo essa cena como exemplo já diz muita sobre aquela nossa realidade. Mas a precariedade não parava por aí, na nossa escola não tinha, ao mínimo, nem um fardamento e vestir uma farda escolar era um sonho para mim.

Quando minha mãe me levou para ser matriculada na primeira escola que estudei na cidade, eu fiquei fascinada e me senti realizada. Eu amei a escola e olha que a escola tinha uma estrutura muito pequena, mas não tão pequena quanto a minha antiga escola, pelos menos aquele lugar tinha jeito de escola. Uma sala para cada turma, um(a) professor(a) para cada disciplina, fardamento, direção e era pertinho do meu outro novo lar. Eu não precisava acordar tão cedo para ir à escola, eu tomava café da manhã antes de sair, eu tinha a tarde na cidade para fazer trabalhos escolares (isso sempre foi uma dificuldade para quem morava na zona rural, se reunir em um horário fora da aula para fazer trabalhos em grupos) e eu podia dizer que morava na cidade também, porque dizer que morava na zona rural já tinha virado motivo de vergonha para mim àquela altura.

Mesmo que nesses primeiros anos os meus serviços na casa não fossem tão exaustivos, eu possuía motivos suficientes para querer sair dali e quando eu ia passar os fins de semana em casa com a minha família I, eu chorava para não voltar para aquele lar. Eu não insistia com isso, pois, eu não queria voltar a morar somente na zona rural e também já tinha medo de dizer a família II que não queria morar lá. Escrevendo isso, eu sinto tanto por eu mesma com os meus dez anos de idade.

6 VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

São várias situações que aconteceram naquele antigo lar que me deixam até hoje com a sensação de nó na garganta. No momento em que acontecia tudo aquilo, eu sentia que era errado e me doía muito, sempre. No entanto, não enxergava da mesma forma que vejo hoje. Este episódio que relatarei nas linhas seguintes é um dos mais repugnantes (moralmente falando) e talvez só hoje eu consiga ter uma aproximação maior em relação ao que tenha motivado esta pessoa da família I a ter feito isso comigo.

Em 2013 eu já trabalhava aos fins de semana em um comércio da família. Começava a funcionar na sexta à noite, e me lembro até hoje o quanto as sextas eram um dos dias mais cansativos para mim. Tinha aula pela manhã e, antes mesmo de ir para a aula, já havia feito coisas que eram de rotina na casa: molhar plantas, varrer as áreas, às vezes limpar alguns

banheiros e só então tomar banho, me arrumar e tomar café para ir ao colégio. Depois da aula, já chegava ajudando a outra pessoa que morava na mesma casa a faxinar. Fazíamos isso até aproximadamente às 17 horas porque 17:30 já tínhamos que estar no outro serviço. Ficávamos até no mínimo às 23 horas; no outro dia, mesmo sem aula, tinha que acordar cedo: no máximo umas 6:30. Mais um dia cheio na casa e às 17:30 para o outro serviço. Aos domingos nos permitiam acordar um pouco mais tarde, no máximo até às 9:00, e eu poderia sair à tarde com as amigas; porém, sempre no espaço limitado entre 14 e 17 horas. Afinal, antes das 14 eu deveria ajudar no preparo do almoço, servir e limpar a cozinha e, depois das 17, me preparar para ir ao serviço da noite. Nessa época muitos conhecidos já tinham celular digital e Android, e eu tinha muita vontade de ter um.

Eu também não tinha notebook: meu irmão já tinha me prometido um e assim ele fez. Ganhei um notebook do meu irmão e umas semanas depois decidi comprar um celular, do jeito que sempre quis. Pedi o cartão de um colega de trabalho emprestado, comprei o celular e dividir em 12 parcelas mensais no valor de 75 reais. Eu recebia 90 reais a cada 15 dias (no serviço do fim de semana) e todo mês tinha uma parcela de 75 reais para pagar. Foi depois disso que tudo aconteceu: me acusaram de coisas terríveis pelo simples fato de ter comprado um celular, que não era uma aquisição comum para pessoas com a mesma situação financeira que eu — só hoje consigo fazer esta análise sobre a interpretação da família.

Uma das pessoas que eu chamava de “tia” me acusou de “estar dormindo” com o colega que me emprestou o cartão de crédito, dizendo que supostamente ele estaria pagando o celular pra mim em custo de uma relação sexual. Na época eu tinha 17 anos e este era apenas um dos vários casos de violação psicológica aos quais fui submetida; porém, um dos últimos e um dos mais marcantes. Ainda não o superei e a prova disso são os meus sonhos ligados a esse acontecimento, mostrando o quanto meu inconsciente grita por, no mínimo, um desabafo.

7 ABUSO SEXUAL

Durante bastante tempo eu não sabia que muito do que sinto e passo ainda hoje são consequências do que vivi há anos. E um dos motivos que me trouxe inquietude em relação a isso foi a falta de um sono tranquilo decorrente a intensidade e teor dos meus sonhos, além disso, passaram a acontecer de maneira constante. Acredito que nossos sonhos dizem muito sobre nossas angústias e pensamentos ocultos que carecem serem externalizados. Depois de um certo tempo que sair da casa da família II, durante o meu sono, passei a ter a “paralisia do

sono”⁵, algo que até então desconhecia. A maioria dos meus sonhos reproduziam episódios como se estivesse sido transportada de volta para o local em que vivia, principalmente a ocasião em que eu estava saindo (de forma definitiva) daquela casa. O momento foi tão traumático, sair com a sensação de culpa e não conseguia dizer uma frase inteira para as pessoas que estavam em minha volta questionando a minha saída. Em muitos sonhos, eu permaneço calada, sem forças para falar. Em outros eu acabo desabafando para aquelas pessoas um pouco do que eu sentia/sinto. Notei que na maioria das vezes que acontece a paralisia do sono comigo, é como se fosse uma simulação do que aconteceu de muito ruim e aterrorizante na minha vida, especificamente no momento que fui abusada fisicamente por alguém próximo.

Um certo dia, enquanto estava dormindo, no quarto em que costumava dormir sempre, a casa toda dormia, menos o abusador. Eu estava deitada de lado, numa cama de solteiro e num quarto escuro. Estava adormecida até perceber a presença de alguém muito próximo de mim, e até aí já tinha me assustado o suficiente. Senti esta pessoa me tocando e comecei a me encolher, depois a chorar. Não conseguir dizer nada, não consegui levantar a cabeça e encarar a pessoa. Só me encolhia e chorava. Não gritei, talvez por vergonha e por medo também. Pensei que eu não tinha o que fazer além de ser forte o suficiente para conseguir manter a minha mão junto ao meu corpo, de maneira que ele não conseguisse manuseá-la. Porém, a minha força não foi o suficiente e ele conseguiu pôr a minha mão onde ele queria e como desejava. Forçadamente, ele pôs a minha mão no seu pênis e fez movimentos até se sentir satisfeito.

Depois disso, como se fosse suficiente, me pediu desculpas bem baixinho e falou ao meu ouvido: “Me desculpa, mas eu tive que fazer isso”. Eu chorei, de forma que ninguém me escutasse, até conseguir dormir. No dia seguinte e por muitos dias eu fiquei refletindo várias vezes sobre aquilo. Às vezes eu achava que tinha sido um pesadelo, que aquilo não tinha acontecido. E assim continuei duvidando de mim mesma, até que chegou um dia em que aconteceu novamente e da mesma forma.

Além dessa pessoa, eu sofri abuso sexual de mais outras duas pessoas daquela casa, um deles era o pai do abusador mencionado no relato acima e o terceiro era um dos seus tios. Os abusos aconteceram de maneiras diferentes, assim como o comportamento dos abusadores. Como eu já mencionei, esse primeiro caso de abuso aconteceu duas vezes durante a noite, no momento que eu estava dormindo. E quando essa pessoa me via durante o dia e no decorrer de

⁵ A paralisia do sono ocorre quando a atonia do sono REM (do inglês rapid eye movement- movimentos rápidos dos olhos) continua ao despertar. Durante a esta paralisia consciente, a maioria dos indivíduos tem sonhos vívidos, multissensoriais e, muitas vezes, com conotação negativa, tornando uma experiência muito desagradável. Ver Sociedade de pediatria de São Paulo. Publicado por Zeppeline publishers.2020

todos os outros dias que me viu naquela casa, falava comigo normalmente como se nada tivesse acontecido, me fazendo até acreditar que tudo aquilo foi apenas um delírio da minha parte, jamais mencionei com alguém daquela casa sobre o acontecido. Sempre estive confusa, envergonhada e acuada com essa situação.

O Segundo caso talvez seja um dos mais perturbadores para mim, pois era o qual me deixava mais confusa. Como eu não conversava com ninguém sobre essas questões e assim como tantas outras crianças e adolescentes, não tinha acesso à educação sexual, nem em casa e nem na escola, acabei demorando a perceber que aquela relação e os atos daquele senhor que eu chamava de tio e tinha grande admiração, era abusiva. O que me deixava confusa era o jeito que ele me tratava diante das outras pessoas, com aquela história de me considerar como uma filha, e até quando estávamos sozinhos também. Acontecia dele me tratar com “respeito” e como uma criança quando estávamos sozinhos exatamente quando em dias anteriores ele tentava fazer algo que me chamava mais atenção e que eu tentava, de alguma forma, me desvencilhar desses atos.

Não sei como posso explicar aquelas cenas, mas é como se o ato abusivo dele não fosse direto, por exemplo: Ele não me dizia que queria me beijar na boca e tocar nas minhas partes íntimas. Ele acabava tentando fazer isso como se o tivesse feito sem querer, sem a intenção. E se eu o questionasse diria que tinha sido um acidente. Quando esta pessoa me abraçava, tentava passar a mão pelos meus seios, ou na minha bunda. Em diversas situações tentou beijar em minha boca quando fui lhe beijar no rosto (a comando da sua irmã, existia uma cobrança muito grande por parte da família e principalmente dessa irmã, que eu cumprimentasse, abraçasse e beijasse todos da casa, tomando-lhe a benção, inclusive).

Eu odiava ter que cumprimentar e abraçar as pessoas justamente por causa desses acontecidos. O pânico era tão grande que eu tentava me colocar em situações que eu não precisasse o saudar para que essas coisas não acontecessem. Tentava estar com as mãos ocupadas e com algum produto de limpeza quando ele chegasse na casa, quando estava lavando os pratos, eu me molhava bastante para que ele não me tocasse, mas essas coisas acabavam não funcionando. Por muitas vezes, quando eu estava na pia lavando os pratos, ele me abraçava por trás de uma maneira maliciosa, mas fingia que era um abraço fraterno.

O terceiro caso de abuso partiu do filho mais novo da família II. Tudo começou quando ele passou a observar-me e elogiar-me de uma maneira diferente. Esta pessoa sempre foi muito carinhosa com todos a sua volta e assim como todos da família costumam ser. Isso era um fato que confundia muito a minha mente, já que, era algo cultural da família serem carinhos, terem bastante contato corporal e eles pregavam e defendiam isso. Tanto que eles(as) brigavam

comigo quando eu não cumprimentava algum deles(as) da casa ou até mesmo outras pessoas que ali passavam. Se eu me recusasse a cumprimentar alguém dessa maneira (abraçando e/ou beijando) eles me condenavam e reprendiam. Eu nunca me senti confortável com essa situação, por um lado, isso era devido a pressão que eu recebia em relação a isso. Depois ele começou a ir até ao meu quarto enquanto eu dormia e insistia em me tocar. Eu sempre lhe disse que não e sabia o quanto aquilo era errado, mas eu nunca gritei enquanto ele me abusava, nunca tive essa coragem. Teve uma vez que ele foi ao meu quarto e a irmã dele pareceu ter percebido que ele esteve ao quarto em que eu dormia, ele inventou uma desculpa e ela deu a entender que acreditou.

Naquele dia, eu imaginei que ela iria me fazer perguntas sobre o acontecido, mas isso nunca aconteceu. Ele parecia não ter medo nenhum de ser pego ou descoberto, fazia tudo com cautela, mas também com muita segurança. E eu temia muito que isso acontecesse, tinha medo de sermos vistos, vergonha. Como se eu fosse a abusadora. Quando ele se aproximava de mim, apesar de eu tentar desvencilhar, pedir que não me tocasse e dizer sempre não, eu sentia prazer. Ele percebia isso e usava isso como álibi. Falava como se fosse algo consensual e tinha isso como uma garantia que eu não contaria a ninguém. Como costuma acontecer com várias pessoas vítimas de abuso sexual eu me culpava e me envergonha muito de toda a situação. Me culpava por sentir prazer ao toque daquela pessoa, por ver aquilo como algo impuro, sendo que, eu o chamava de tio. Depois disso, eu evitava chama-lo assim, mas quando tinha que me referir a ele, tinha que falar dessa maneira, se não me reprenderia. E eu seguia fazendo isso com muito pesar.

8 GÊNERO

Na casa residia homens, os mesmos também eram condicionados a prestar algum tipo de serviço para a casa, porém, essa cobrança era absurdamente menor e além disso, a dominação, a limitação deles era muito diferente em relação as mulheres.

Experiencia da minha mãe a suas irmãs em relação a vinculação em casas de famílias. Minha mãe adotiva, assim como todas as suas irmãs saíram muito novas da casa dos seus pais para trabalhar em casas de terceiros, diferentemente dos seus irmãos, já que, não existia uma procura por meninos para essas situações, sendo que, o trabalho domestico sempre foi visto como um trabalho feminino. O motivo que levava aos pais da minha mãe e suas irmãs, a de certa forma, entregar suas filhas a desconhecidos que tivessem mais condições econômicas, era

justamente a necessidade financeira. A história de uma das irmãs da minha mãe adotiva é comovente. Ela saiu da sua casa muito nova e passou por muitas casas, onde era explorada e maltratada, a última casa que foi morar era na capital e aconteceu dela ser expulsa desse lar e ter ficado na rua, pois, a mesma não tinha ninguém próximo na capital.

Sobre os meus irmãos adotivos e biológicos, talvez, justamente por serem do sexo masculino, não passaram por esse mesmo processo que eu, minha mãe, minhas tias e tantas outras mulheres passam e passaram. Porém, nem por isso, a vida lhes foi fácil. No caso dos meus irmãos, eles tiveram pouco estímulo e subsídio para avançarem nos estudos, eles não foram mais longe do que o ensino fundamental. Para o nosso pai, o importante era que eles trabalhassem junto a ele e isso era o suficiente. Começaram a trabalhar desde cedo na olaria do meu pai e na roça, assim como a maioria dos meninos da zona rural. Evadem muito cedo das escolas ou até mesmo, nunca chegam a serem matriculados em uma.

Eu fui a única da nossa família a ser incentivada nos estudos e até então a concluir o ensino médio e a entrar na universidade. Sem dúvida, assim como tantos outros pais, fazer com que eu “fosse longe nos estudos” foi o que incentivou os meus pais a permitirem que eu passasse a morar com a família II. Esse não era um pensamento e preocupação somente dos meus pais, como é exposto na pesquisa de Carvalho, a autora trás exemplos sobre a realidade de famílias que moravam na zona rural e tinha condições precárias de trabalho e uma baixa renda mensal. Dessa forma, os responsáveis pela família acabavam permitindo e incentivando suas filhas a trabalharem em casas de famílias para que assim pudessem estudar e assim quebrar esse ciclo econômico e social (CARVALHO, 2008).

Dessa maneira, os meus irmãos desistiram de estudar, assim como tantas outras crianças da zona rural, por conta do cansaço físico que o trabalho rural lhes causava e a falta de estímulo do meu pai. Além disso, muitas vezes, o desestímulo desses meninos não acontece só no meio familiar, as vezes eles acabam ouvindo de outras pessoas da comunidade que os estudos, a frequência numa escola não era para essas crianças desfavorecidas economicamente falando, e que não existia outra escola além de trabalhar para viver, mesmo que esses ainda fossem crianças.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de escrita deste artigo e desse exercício de utilizar a memória e reviver o passado e reflexividade, me desvendou algumas descobertas, até mesmo de sentimentos que

eram desconhecidos por mim, principalmente quando escrevo sobre a minha progenitora, até começar a prática da escrevivência e depois ler a minha própria história, eu não tinha dado conta que existia em mim o sentimento de mágoa em relação a minha progenitora, já que, todas as vezes que conversava sobre o que tinha acontecido (em relação à adoção), eu agia com indiferença, imaginava não ter nenhum sentimento em relação a ela.

Não sabia que tinha que haver um “perdão” da minha parte, não um perdão no sentido religioso, mas no sentido de reconhecimento e libertação desse sentimento angustiante. Hoje, sendo uma mulher madura, mãe, e depois de ter encontrado semelhança da nossa história em alguns textos, eu consigo imaginar um pouco do que ela pode ter passado. É doloroso o que acontece com as famílias que possuem vulnerabilidades sociais e isso é histórico. Não é a partir das décadas mais recentes que as mães acabam se separando dos seus filhos ou melhor, que os filhos são retirados de suas mães, desde o período colonial isso é uma prática comum e estratégica, em virtude da utilização de mão de obra gratuita.

Eu fui separada da minha família duas vezes e em todas elas o que motivou foi a questão econômica social.

Julgo importante retomar em três pontos algumas reflexões colocadas nessa autoetnografia. Primeiro, sobre o fato de não ser uma história isolada e, na verdade, constituir algo que encontra algum padrão em muitas formas de relações sociais de vários níveis do Brasil. A minha trajetória pode ser minúscula e invisibilizada perante o quantitativo de outras pessoas na nossa sociedade, mas ela mostra conexões e permanências com elementos históricos.

Segundo que isso não se limita apenas ao fator econômico e do poder aquisitivo para a manutenção da reprodução social de certos grupos. Por exemplo, uma reflexão sociológica sem grandes esforços intelectuais é suficiente para evidenciar nexos entre gêneros, sexos e marcadores raciais que mais são alvos de diferentes tipos de abusos aqui discutidos.

O terceiro consiste no estabelecimento de uma perspectiva que retoma a potencialidade presente na trajetória desses corpos e sujeitos históricos como possuidores de razão histórica capaz de ser mobilizada e reinterpretada mediante as perversidades sociais do Brasil. Dito de outra forma, ao contar a história por mim mesma e com referências que me são socialmente significativas e positivas, coloco a escrevivência e autoetnografia como ferramenta capaz de ressignificar essas histórias e abrir possibilidades que ecoem voz e vez a outras, como fui incentivada por Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, entre outras autoras já mencionadas neste artigo. A potencialidade dessas histórias mudarem algo estão justamente nesse exercício de reapropriação crítica da nossa própria história e o meu exercício aqui neste

texto buscou e espera continuar buscando o verdadeiro sentido de uma justiça social baseada em reapreciação de temas que incomodam a sociedade.

Referências

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. O trabalho infantil no Brasil contemporâneo. Salvador, BA: *Caderno CRH*. V.21, n.54, p. 551-569, 2008.

DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. *Escrevivência: a escrita de nós- Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro, RJ: MINA comunicação e arte, 2020.

FONSECA, Cláudia. Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. cidade : *Cadernos pagu*, p. 11-46, 2006.

SANTOS, Silvio Matheus Alves. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. São Paulo, SP: *PLURAL, revista do programa de pós graduação em sociologia da USP*, 2017.